



VIII CONGRESSO NACIONAL DE
EXCELÊNCIA EM GESTÃO

8 e 9 de junho de 2012

ISSN 1984-9354

O PROJETO GERAÇÃO DE RENDA EM RECICLAGEM DA CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES - CART:

Paula Fonseca do Nascimento

(Concessionária auto Raposo Tavares - CART)

Izabel Lelis

(Insituto Invepar)

Resumo

A responsabilidade social está sendo discutida nos mais diversos setores e julga cada vez mais importante na gestão das empresas. As ações de responsabilidade social, que aos poucos vêm se tornando um diferencial em termos de estratégia e competitividade, precisam contribuir para o todo, para a sustentabilidade da sociedade e das pessoas que nela vivem. Pensando nisso, a Concessionária Auto Raposo Tavares - CART vem construindo e consolidando uma gestão socialmente responsável pautada no desenvolvimento de programas e projetos socioambientais, direcionados a todos os stakeholders. Dentre esses projetos, está em desenvolvimento o Projeto Geração de Renda em Reciclagem que tem por objetivo contribuir para o fortalecimento do sistema de produção e comercialização, orientados para a comunicação, conscientização e treinamento dos catadores de materiais recicláveis integrantes dos empreendimentos sociais em doze municípios do Corredor Raposo Tavares. O projeto está previsto para ser desenvolvido em vinte e quatro meses. Nos primeiros doze meses o projeto será desenvolvido em oito municípios previamente escolhidos pela equipe de Desenvolvimento Social da CART.

Palavras-chaves: Responsabilidade Social Empresarial. Geração de Renda. Reciclagem.

Introdução

Levando em conta a gravidade dos problemas sociais e ambientais por todo o planeta – fome, desemprego, desigualdade e exclusão social, poluição, exaustão de recursos naturais - e a dificuldade dos governos de solucioná-los, as forças da sociedade vem passando por um processo de reorganização. É neste contexto que as empresas sentem a necessidade de adotarem uma postura socialmente responsável na condução dos seus negócios.

Neste processo de reorganização, as empresas buscam alcançar não apenas resultados econômicos, mas alcançar um cenário que exige resultados também sociais e ambientais. Dentro disto, é importante e fundamental ter a perspectiva de desenvolvimento sustentável, onde diversos atores são chamados a se posicionarem quanto suas responsabilidades na construção de alternativas de subsistência do ser humano no planeta terra. A sociedade civil assume papel importante fiscalizando e fortalecendo o Estado para que ele garanta a universalidade com o bem estar coletivo.

Dentre os problemas sociais e ambientais, este artigo discorrerá sobre a gestão dos resíduos sólidos, coleta seletiva e também dos empreendimentos sociais (associações e cooperativa), buscando alcançar a prática de processos sustentáveis na menor célula territorial, ou seja, na comunidade, ampliando a geração de renda àqueles que fazem da coleta seletiva seu meio de subsistência.

Assim, das muitas ações realizadas pelos importantes habitantes das cidades, o manejo dos resíduos sólidos tem demonstrado um desafio particular às gestões dos municípios.

Para Monteiro (2001) resíduo sólido é caracterizado como todos os materiais sólidos ou semisólidos indesejável que necessita ser removido por ter sido considerado inútil por quem o descarta em qualquer recipiente destinado a este ato.

Esse sistema de coleta do resíduo urbano, seu tratamento e sua destinação final ficam a cargo da administração dos municípios e de uma minoria protagonista que, ao exercer a função de catador de material reciclável numa atividade de subsistência, age no anonimato, como um agente ambiental que presta serviços à população, sem ter ao menos o reconhecimento, quiçá algum incentivo ou estímulo.

À medida que a população do Brasil cresce, cresce também a quantidade de lixo produzido. Esse acúmulo de resíduos dispersados todos os dias na cidade, propicia o

aparecimento de uma atividade laboral pouco respeitada, a catação de lixo, no caso específico, a coleta seletiva de materiais para reciclagem.

A Lei 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que dentre os seus objetivos, estimula à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços, a gestão integrada de resíduos sólidos e a capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos, ainda prevê que até o ano de 2014 a coleta seletiva deverá estar implementada em todos os municípios brasileiros.

Na região do Oeste Paulista esses catadores de materiais recicláveis estão organizados em associações e cooperativa. O conceito de associativismo está relacionado à adoção de métodos de trabalho que estimulem a confiança, a ajuda mútua, o fortalecimento do capital humano, entre outros fatores. Já o cooperativismo está ligado à união de pessoas para o atendimento de anseios e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de sociedade coletiva.

O catador de material reciclável pertence ao grupo de trabalhadores que devido a condições sociais, estão associadas à baixa escolaridade e não encontram lugar no mercado formal de trabalho. Esse trabalhador, que faz o reaproveitamento de materiais recicláveis, atua, muitas vezes anonimamente, na questão do lixo das grandes, médias e pequenas cidades.

A partir do conhecimento da realidade do Oeste Paulista, a CART (Concessionária Auto Raposo Tavares) buscando gerir com responsabilidade social seu negócio de forma plena, iniciou a execução de um projeto de geração de renda em reciclagem em doze municípios no entorno da rodovia Raposo Tavares, cujo público alvo são associações e cooperativa de catadores de materiais recicláveis.

O objetivo do projeto de geração de renda em reciclagem é contribuir para o fortalecimento do sistema de produção e comercialização dessas associações e cooperativa, orientados para a comunicação, conscientização e treinamento dos catadores integrantes desses empreendimentos sociais em doze municípios do Corredor Raposo Tavares.

A CART é uma empresa no ramo de concessão de rodovias. Está comprometida com a satisfação dos nossos usuários, colaboradores e investidores. O pilar deste comprometimento está alicerçado na utilização da nossa Política do Sistema de Gestão Integrado (Qualidade, Segurança, Meio Ambiente, Saúde e Responsabilidade Social) e em todas as nossas atividades, atitudes e valores.

Responsabilidade Social Empresarial é um tema que não está restrito somente às ações desenvolvidas pelas organizações na comunidade. Implica também em práticas de diálogo e

gestão que resultem na qualidade do relacionamento das empresas com os demais públicos como colaboradores, consumidores, clientes, fornecedores, meio ambiente, governo e sociedade.

CART - Concessionária Auto Raposo Tavares

A Concessionária Auto Raposo Tavares (CART) tem a concessão das rodovias que integram o Corredor Raposo Tavares - João Baptista Cabral Rennó (SP 225), Orlando Quagliato (SP 327) e Raposo Tavares (SP 270), totalizando 444 km de Bauru (interior SP) a Presidente Epitácio (divisa com Mato Grosso do Sul). Uma das principais características da rodovia é a presença de caminhões que transitam em nosso trecho para o escoamento de produtos agrícolas característicos da região.

A Responsabilidade Social Corporativa para o Grupo INVEPAR implica na valorização da cultura corporativa, onde sua eficácia está na capacidade de:

- Criar valor diferenciado para diferentes públicos de interesse;
- Cuidar do gerenciamento de impactos econômicos, sociais e ambientais provocados pelos negócios;
- Promover redes de valor com empresas, organizações da sociedade civil e poder público,
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Esses princípios de responsabilidade social corporativa se aplicam a todas as etapas e a todos os agentes na cadeia de negócios.

A CART é uma empresa do Grupo INVEPAR– Investimentos e Participações em Infra-Estrutura, sociedade formada pelos fundos de pensão Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras), Funcef (Caixa Econômica Federal) e pela empresa OAS Investimentos.

O Grupo INVEPAR tem entre seus negócios a Linha Amarela S.A (LAMSA), a Concessionária Rio Teresópolis (CRT), o Metrô - Rio de Janeiro, a Concessionária Bahia Norte (CBN) e Concessionária Litoral Norte (CLN) na Bahia e a Concessionária Rota do Atlântico (CRA) em Pernambuco. A INVEPAR recentemente ganhou o leilão para a concessão do Aeroporto de Guarulhos - São Paulo.

A CART, além de oferecer serviços de infraestrutura rodoviária, dispõe de veículos de inspeção rodoviária, socorro mecânico, socorro médico, bem como foca o desenvolvimento socioambiental dos 27 municípios que a rodovia corta.

A sede administrativa está localizada no interior paulista no município de Bauru, possuindo ainda em Presidente Prudente e Assis, escritórios de apoio administrativo e operacional.

Dentre as várias áreas de atuação, a CART possui a área de Desenvolvimento Social, que se reporta a Gestão de Pessoas, sendo estruturada por **uma Coordenação e dois analistas da área social**.

O modelo de gestão de responsabilidade social desenvolvida na CART está organizado em um portfólio de programas, projetos e ações, que contribuem com o desenvolvimento sustentável da região, considerando as demandas existentes nas áreas temáticas de responsabilidade social, meio ambiente, saúde e educação no trânsito para nossos usuários, valorizando sempre a imagem da CART perante os seus stakeholders.

Estes programas refletem as Diretrizes do Grupo onde os programas, projetos e ações/campanhas realizados pelas empresas do Grupo, devem aplicar o método participativo, entendendo que:

- A comunidade é onde acontece um pouquinho de tudo;
- Que o desenvolvimento local não consegue alcançar o sucesso sem o desenvolvimento comunitário, pois desta forma acontece apenas o deslocamento da pobreza e não a erradicação dela;
- Que seu papel como agente externo está no “Como se faz” – o processo é fundamental. Nosso papel é fazer perguntas e não dar respostas – facilitar e deixá-los construir o conhecimento;
- Que as comunidades que deram certo tinham fortemente o protagonismo, foco nos talentos e recursos locais e parcerias pessoais e institucionais;
- Que as comunidades precisam controlar os fatores de risco que impossibilitam seu desenvolvimento sustentável e sua autonomia.

A partir destes programas, a CART está desenvolvendo dentro do programa de meio ambiente o projeto Caminho Verde que foi concebido com a intenção de estimular processos de restauração de áreas verdes e recomposição de matas nativas às margens do Corredor Raposo Tavares.

Outro projeto que estão em andamento é o Projeto Saúde & Cidadania que desenvolve atividades socioeducativas e preventivas de saúde direcionadas aos usuários da rodovia, em especial aos caminhoneiros - que possuem pouca disponibilidade de tempo para os cuidados com a saúde. As atividades são itinerantes e periódicas, distribuídas por todo o Corredor

Raposo Tavares. Neste projeto são realizados exames médicos preventivos como aferição da pressão arterial, teste de glicemia, de colesterol e de acuidade visual, cálculo do Índice da Massa Corpórea, fornecimento de informações sobre saúde bucal, qualidade de vida, prevenção de DST's, dengue e leishmaniose, além de corte de cabelo e cadastro para doação de medula óssea.

Também está em desenvolvimento o Projeto **Educação para o Trânsito**, realizando parcerias com colaboradores, escolas, projetos sociais, empresas da região, polícia militar e polícia rodoviária, entre outros para a realização de palestras e atividades informativas/educativas visando um trânsito mais gentil e seguro.

Algumas ações são desenvolvidas como a parceria com o Programa Na Mão Certa, onde alinhamos nossas ações com objetivo de combater à exploração sexual de crianças e adolescentes. São realizadas palestras, teatros, bloqueios educativos, disponibilização de materiais informativos para colaboradores, usuários, fornecedores, empresas terceirizadas, comunidades do entorno da rodovia, concessionárias de rodovias, projetos sociais, etc.

Também se desenvolve ações para motociclistas, com o objetivo de conscientizar este público, é desenvolvida a ação “Protegendo a vida do motociclista”, que é efetivada através de parcerias com empresas prestadoras de serviço da CART e organizações sociais dos municípios. É realizado o cadastramento dos motociclistas, orientações sobre segurança viária e a instalação das antenas corta linha (**cerol**) de pipa gratuitamente e distribuimos materiais educativos

Neste artigo destacaremos o Projeto de Geração de Renda em reciclagem, cujo objetivo é contribuir para o fortalecimento do sistema de produção e comercialização, orientados para a comunicação, conscientização e treinamento dos catadores integrantes dos empreendimentos sociais em doze municípios do Corredor Raposo Tavares.

Histórico e aproximação do conceito de Responsabilidade Social

No contexto mundial, o movimento da responsabilidade social existe desde os anos 1960 – nos EUA e Europa. Somente ao longo da década de 1980 ainda de forma tímida, e com mais visibilidade na década de 1990, a responsabilidade social passou a ser pauta na agenda dos empresários brasileiros, incentivado pelo período de redemocratização e abertura econômica do País e pelos direitos conquistados com a Constituição Federal de 1988. Sua

disseminação é lenta e carrega uma tradição histórica de filantropia assistencialista, portanto, trata-se de uma discussão em curso e com produção reduzida.

No Brasil, as reflexões sobre o tema iniciaram na academia nos 1980, trazendo à tona as particularidades da responsabilidade social, cuja gravidade dos problemas sociais e a responsabilidade das empresas, seja no agravamento desses problemas, sejam na contribuição para o seu enfrentamento, já não podiam mais passar despercebidos. Nessa ótica, as empresas têm suas responsabilidades pelos impactos sociais, mas também têm capacidade de utilizar ferramentas empresariais para seu enfrentamento.

Segundo Ferrel, Fraedrich e Ferrel a responsabilidade social no mundo dos negócios consiste:

Na obrigação da empresa de maximizar seu impacto positivo sobre os stakeholders (clientes, proprietários, empregadores, comunidade, fornecedores e governo) e em minimizar o negativo. Impondo, portanto, um limite à ação das empresas, remetendo, novamente, à ética e aos que são impactados por suas decisões, os stakeholders (FERREL, FRAEDRICH E FERREL, 2001, p. 68).

Neste cenário, as empresas assumem um novo papel que exige uma condução ética e responsável dos negócios e é percebido como um diferencial de mercado. Elas investem, portanto, na redefinição de seu sistema de gestão de modo que lhes propicie atuar conforme uma empresa cidadã e socialmente responsável.

O Instituto Ethos de Empresa de Responsabilidade Social é uma organização sem fins lucrativos, conceitua responsabilidade social empresarial como:

A forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2004, p.12).

O Instituto Ethos, cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa. Em uma de suas publicações, analisa a responsabilidade social como um fator de competitividade nos negócios:

A responsabilidade social empresarial tornou-se um fator de competitividade para os negócios. No passado, o que identificava uma empresa competitiva era basicamente o preço de seus produtos. Depois, veio à onda da qualidade, mas ainda focada nos produtos e serviços. Hoje, a empresa deve investir no permanente aperfeiçoamento

de sua relação com todos os públicos dos quais depende e com os quais se relaciona (INSTITUTO ETHOS, 2003, p.6).

O Instituto Ethos ainda destaca que:

A responsabilidade social empresarial (RSE) implica práticas de diálogo e engajamento da empresa com todos os públicos ligados a ela, a partir de um relacionamento ético e transparente. Por mais que a implementação dessas práticas ainda seja um desafio para as empresas, muitas delas têm alcançado resultados significativos nesse sentido (INSTITUTO ETHOS, 2007, p.3).

A responsabilidade social empresarial, na visão do Instituto Ethos, é entendida como um meio para alcançar o fim – mercado, incorporada à racionalidade econômica, como resposta à pressão dos que são impactados pelas ações empresariais e também dos que impactam estas ações. Tem racionalidade empresarial, porém estabelece que a ética (qualidade da resposta) e o diálogo com as partes interessadas podem circunscrever o limite de atuação empresarial na colaboração com a sustentabilidade.

Nesse sentido, o Instituto Ethos (2003) afirma que ser ético nos negócios supõe que as decisões de interesse de determinada empresa respeitem os direitos, os valores e os interesses de todos os indivíduos que de uma forma ou de outra são por ela afetados.

Transparência é o outro conceito central da responsabilidade social empresarial que caminha ao lado da atitude ética. Ser transparente é atender às expectativas sociais, mantendo a coerência entre o discurso e a prática e não sonhando informações importantes sobre seus produtos e serviços.

O mundo corporativo tem um papel fundamental na garantia de preservação do meio ambiente e na definição da qualidade de vida das comunidades de seus funcionários.

Empresas socialmente responsáveis geram sim valor para quem está próximo. E, acima de tudo, conquistam resultados melhores para si próprias. A responsabilidade social deixou de ser uma opção para as empresas. É uma questão de visão, de estratégia e, muitas vezes, de sobrevivência.

A gestão ambiental vem ganhando um espaço crescente no meio empresarial. O desenvolvimento da consciência ecológica em diferentes camadas e setores da sociedade mundial acaba por envolver também o setor empresarial. Naturalmente, não se pode afirmar que todos os setores empresariais já se encontram conscientizados da importância da gestão responsável dos recursos naturais.

A empresa que não buscar adequar suas atividades ao conceito de desenvolvimento sustentável está fadada a perder competitividade em curto ou médio prazo.

O paradigma atual de desenvolvimento é um modelo meramente capitalista que visa ao lucro máximo. Portanto, o crescimento econômico em si gera bem-estar à sociedade, e o meio ambiente é apenas um bem privado, no que se refere à produção e descarte dos seus resíduos.

Dentro desse processo, ao longo dos últimos 30 anos, pode-se afirmar que os recursos naturais são tratados apenas como matéria-prima para o processo produtivo, principalmente no processo produtivo industrial. O que aconteceu é que este modelo, da maneira como foi idealizado, não é sustentável ao longo do tempo. Ficou claro que os recursos naturais eram esgotáveis e, portanto, finitos, se mal utilizados.

Assume-se que as reservas naturais são finitas e que as soluções ocorrem através de tecnologias mais adequadas ao meio ambiente. Deve-se atender às necessidades básicas usando o princípio da reciclagem.

Este novo fazer foi construído, em grande parte, a partir dos resultados da Rio-92, onde a noção de desenvolvimento sustentável se alastrou e se estruturou. Porém, o que a noção e os conceitos de sustentabilidade trazem como novo desafio são os caminhos para a gestão ambiental.

Nesse aspecto, as empresas têm um papel extremamente relevante. Através de uma prática empresarial sustentável, provocando mudança de valores e de orientação em seus sistemas operacionais, estarão engajadas à idéia de desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente.

Neste cenário a CART está construindo uma gestão socialmente responsável quando atende não somente os princípios e os interesses de seus acionistas, mas busca o desenvolvimento regional onde atua, desenvolvendo ações preventivas e educativas nas mais diversas áreas como já foi citado.

O projeto geração de renda em reciclagem é um grande apoiador no desenvolvimento das associações e cooperativas de catadores de material reciclável da região do Oeste Paulista, trabalhando para dar visibilidade a área de resíduo sólido e estimulando para que essa demanda seja valorizada, fortalecida e empoderada.

Resíduos sólidos: alternativa de trabalho e de geração de renda

A rigidez das leis trabalhistas, adotadas em nosso país, somada ao desemprego, provocado pelo sistema capitalista neoliberal vigente, além da notável centralização de renda, tem levado a nação a expandir a força de trabalho por meio de sociedades de emprego. Tais sociedades (cooperativas) já representam 7% da força de trabalho e chegam a mais de 5 milhões de pessoas ou um terço dos autônomos do Brasil, (IBGE, 2004).

Devido à inclusão na Consolidação das Leis do Trabalho, (CLT), no ano de 1995, de um artigo que veio permitir que o cooperado/cooperativa preste serviço a uma empresa, sem vínculo empregatício, propiciou condições favoráveis para que as cooperativas de trabalho se firmassem em todo território nacional.

Estas cooperativas, conforme aponta Boschi:

Formadas pelo “manto” da geração de um desenvolvimento sustentável, preservação ambiental, proporcionando com sua formação a criação de trabalho aos catadores e desempregados, considerados por esta própria sociedade como cidadãos de segunda classe, trazem em seu bojo, princípios de exploração nas relações de trabalho e, o pior, trabalho precarizado (BOSCHI, 2000, p.73).

O trabalho cooperativo constitui num agrupamento de pessoas em torno de objetivos comuns com a capacidade de compartilhar experiências e recursos disponíveis, além de “produzir e reproduzir relações úteis e duráveis entre si e com outros atores, que contribuam para alcançar os objetivos compartilhados” (JUNQUEIRA; TREZ, 2004, p.3). Esse agrupamento solidário garante a concentração do capital social para obter lucros materiais ou simbólicos (BOURDIEU, 1998).

A criação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis só pôde ocorrer no meio urbano visto que é no urbano, que as maiores contradições sócio-espaciais são identificadas e, portanto, reais. Todavia, não podemos esquecer que as contradições impostas pelo sistema capitalista ocorrem, sobretudo, do espaço geográfico.

Destas contradições do espaço, as questões e conceitos recentemente surgidos, a saber, no meio ambiente, os desperdícios, o esgotamento dos recursos, a destruição da natureza, dão apenas versões atenuadas, mostram exclusivamente manifestações fragmentares, mascarando o problema global: o de todo o espaço, da produção e da gestão (LEFEBVRE, 1973, p. 19).

Na organização de cooperativa de pessoas historicamente excluídas ou à margem do acesso ao conhecimento, como é o caso dos trabalhadores em questão, é necessário um amplo trabalho de formação que inclua sensibilização e motivação, preparação técnica e conhecimentos específicos sobre a área.

A passagem do estágio de excluído para construtor e participante de uma associação e/ou cooperativa, ou seja, para que essas pessoas que tornem protagonistas é preciso alcançar um conjunto de rupturas sobre a forma tradicional de concepção do trabalho. A autogestão, o planejamento da produção, a construção da relação com o mercado, são algumas das necessidades que se impõem ao processo.

Para Marx:

[...] a relação do homem com ele mesmo só é real, objetiva, por meio da sua relação com os outros homens. Se ele se relaciona com o produto do trabalho, com o seu trabalho objetivado, como um objeto estranho, hostil, poderoso, independente, relaciona-se com ele de tal forma que outro homem estranho, inimigo, mais poderoso e independente, seja o senhor deste objeto. Se ele se relaciona com a própria atividade como uma atividade não-livre, então se relacionam assim como a atividade com o serviço, sob domínio, a repressão e o mando de outro homem (MARX, 1988, p. 119).

Esse coletivo que vive da catação de materiais recicláveis tem papel fundamental na cadeia produtiva, pois seu trabalho, caracterizado pela coleta e reciclagem dos resíduos sólidos, é responsável por produzir “uma nova lógica de produção onde desenvolvimento sustentável e estímulo ao crescimento econômico podem coexistir” (SILVA, 2006, p.3).

O trabalho que exercem nem de longe apresenta condições humanas dignas. De acordo com Medeiros e Macedo (2006), a rotina de trabalho expõe o coletor a riscos para a saúde, a preconceitos sociais e à desregulamentação dos direitos trabalhistas (segurança, horas trabalhadas, remuneração).

Uma parcela significativa de novos objetos e produtos lançados no mercado não são, efetivamente, indispensáveis para assegurar uma boa qualidade de vida – eletrodomésticos, automóveis, computadores, etc. - constantemente acrescidos de novos acessórios ou sofisticacões tecnológicas de maneira a tornarem os modelos anteriores obsoletos.

Isso tem provocado o excesso de embalagens descartáveis que é um dos fatores geradores de resíduos. Evidentemente, o processo de degradação ambiental inicia-se na extração da matéria prima, passa pelo processo de produção ao descarte, notando-se procedimentos de alto impacto não só na natureza, mas também na saúde humana.

A atividade de catador de material reciclável no Brasil remonta há mais de 50 anos e somente no final do século passado é que ganhou destaque. Embora tenha sempre sido realizada, informalmente, há pouco tempo os catadores começaram a se organizar, seja na formação de cooperativas e associações, seja na luta para o reconhecimento dessa atividade como profissão (BAPTISTA, 2004).

Os cuidados próprios para com os resíduos sólidos partiram e ainda é majoritariamente responsabilidade do poder público local, ou seja, das prefeituras municipais:

Os problemas relacionados com a produção e a disposição final dos resíduos sólidos afetam direta e principalmente o poder público municipal, já que é a prefeitura municipal a responsável pelo destino último dos resíduos sólidos. Destarte, o poder público municipal responsabiliza-se pela produção e consumo de produtos variados por particulares, carregando-o com um grande fardo que pode ser fitado pela degradação ambiental, social e econômica do município. Assim, o consumidor gera os resíduos e esses geram preocupações para o poder público municipal, tendo a maioria da população não conhecedora das conseqüências, apenas consomem e lançam o “lixo” fora (FERNANDES, 2001, p. 164).

Segundo Silva (2007):

O trabalho cooperativo produziu e produz, ainda que não muito satisfatório confiança mútua entre os cooperados, tendo efeitos positivos, não apenas na convivência entre os pares, mas também, no relacionamento interpessoal com a sociedade e parceiros. Isso, muitas vezes, resulta na eficiência das operações do processo de reciclagem, que usualmente, no lixão são lentas, desconexas e conflituosas, no que tange ao círculo informal da reciclagem de resíduos sólidos (SILVA, 2007, p.32).

Por outro lado, destaca-se nesse processo de consolidação do trabalho coletivo nas cooperativas, a dificuldade dessas se tornarem viáveis economicamente, auto-sustentáveis e auto-geridas, existe tendência permanente de receberem apoio de universidades, de entidades não governamentais, de sindicatos e de entidades religiosas na sua gestão, em virtude de concorrerem com empresas mercantis, já consolidadas no mercado e com tradição e conhecimento técnico no setor de sucatas.

Notamos que a atividade de catador tem permitido que uma considerável parcela da população brasileira se veja inserida no mercado, mesmo que ainda informal. No Brasil, segundo Freire (GUERRA, 2001), um terço dos moradores de rua da cidade de São Paulo sobrevive da coleta de resíduos sólidos. O CEMPRE (Compromisso Empresarial para Reciclagem) calcula que cerca de 150 mil pessoas, no Brasil, sobrevivem da catação de latas de alumínio e um tanto ainda maior, de papel e papelão.

Poucos são, entretanto, os municípios brasileiros que possuem um programa de coleta seletiva. Segundo o IBGE:

Da totalidade de municípios brasileiros, apenas 431 têm coleta seletiva. Outro fato, não menos relevante sobre o lixo no Brasil, é o destino do lixo urbano produzido diariamente, pois somente 15% têm seu destino em aterros sanitários; em aterros controlados são depositados 13% desse total, os outros 67% vão para lugares a céu aberto e menos de 5,0% acabam sendo reciclados (IBGE, 2004, p. 3).

São Paulo é o estado com maior número de programas de coleta seletiva (FOLADORI, 2001, p.87). Sendo o Brasil um país com mais de 5.650 municípios, somente 3,5% desse universo possuem algum programa de coleta seletiva (idem). Segundo o IBGE (2005), o número de municípios brasileiros que até o ano de 2004 são atendidos pela coleta seletiva, correspondendo em torno de 6,5% dos municípios.

Um projeto direcionado para apoiar às Prefeituras Municipais de 56 municípios para a implantação ou melhoria de Programas Municipais de Coleta Seletiva e Educação Ambiental. Visa ainda incentivar a geração de trabalho e renda e a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis e de pessoas em situação de vulnerabilidade social, além de motivar a educação ambiental e a proteção ambiental nos municípios em foco, seguindo os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei no. 12.305 de 2 de agosto de 2010).

O recurso deste projeto é oriundo de um acordo judicial firmado entre o Ministério Público Federal e Estadual e a CESP (Companhia Energética de São Paulo). Este projeto prevê investimento em infraestrutura e toda estrutura física das associações e cooperativas.

Para complementar o projeto do Ministério Público, a CART definir que o projeto geração de renda em reciclagem fará treinamentos com os associados e cooperados tenham melhoria na gestão, qualidade do trabalho e aumento da renda como falaremos a seguir.

O Projeto Geração de Renda em Reciclagem

Como já foi destacado no texto, o projeto geração de renda em reciclagem foi pensado para impactar diretamente na vida dos catadores de material reciclável, indiretamente na vida da população local onde o projeto está sendo implementado e para o meio ambiente em geral, já que os catadores são agentes de transformação ambiental, mesmo sem se reconhecerem como tal.

O beneficiário direto do projeto são os trabalhadores denominados catadores de material reciclável que realizam a coleta seletiva e/ou recolhem os resíduos sólidos recicláveis dos mais diversos tipos em diferentes lugares.

No Brasil, os resíduos sólidos recicláveis são a mercadoria que move e envolve vários sujeitos economicamente ativos dentro de um circuito econômico, em grande parte, informal.

Ao desenvolver a atividade de coleta dos resíduos recicláveis, visando à comercialização, o catador colabora para a diminuição do gasto com energia nos processos de produção que utilizam esses materiais como input industrial. Além de contribuir para a

redução da exploração das matérias-primas que seriam utilizadas e ajudam a reproduzir o capital aplicado nesse circuito econômico, favorece a vida útil dos aterros sanitários dos municípios ao evitar que toneladas de materiais recicláveis sejam depositadas indevidamente nesses aterros.

O projeto de forma contributiva a política pública, terá como foco o treinamento dos catadores em gestão, saúde e segurança no trabalho e educação ambiental, bem como contribuir no processo de conscientização e comunicação junto à população dos doze municípios do Corredor Raposo Tavares são eles: Presidente Prudente, Presidente Epitácio, Caiuá, Presidente Venceslau, Piquerobi, Santo Anastácio, Presidente Bernardes, Álvares Machado, Martinópolis, Regente Feijó, Anhumas, Rancharia.

Todos os projetos da área social da CART são alinhados as **Metas do Milênio** e ao **Pacto Global**. O projeto geração de renda em reciclagem está alinhado aos objetivos sete (qualidade de vida e respeito ao meio ambiente) e oito (todo mundo trabalhando para o desenvolvimento) das metas do milênio.

O projeto reciclagem atinge o objetivo sete à medida que trabalha com educação ambiental com os catadores e com toda a sociedade, destinam de forma apropriada os materiais recicláveis de seus municípios, possibilitando um aumento da renda mensal e respeitando o meio ambiente. O projeto reciclagem atinge o objetivo oito à medida que integram pessoas, escolas, governos, sociedade civil e organizações sociais para a realização de um trabalho conjunto.

O projeto reciclagem atinge os princípios universais, sete (as empresas devem apoiar uma abordagem preventiva dos desafios ambientais) e oito (desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental) do pacto global.

Ao final deste projeto desejamos que os catadores de materiais recicláveis fossem reconhecidos como agentes ambientais, e que ao invés de preconceito da comunidade, eles tenham reconhecimento da comunidade pelo trabalho prestado, que tenham auto estima elevada. Desejamos também que eles possam melhorar a qualidade no trabalho e queiram trabalhar de forma coletiva e em rede.

Justificativa

Sabemos que a coleta seletiva e a reciclagem têm um papel muito importante para o desenvolvimento sustentável. Por meio delas, recuperam-se matérias-primas que de outro modo seriam tiradas da natureza, ameaçando de exaustão os recursos naturais não renováveis,

aumenta a potencialidade de reaproveitamento dos materiais recicláveis, que são separados na coleta de lixo urbana, além de gerar trabalho e renda para muitas pessoas.

São esses catadores de materiais recicláveis que, em grande parte, permitem ao Brasil alcançar um índice elevado de reciclagem de resíduos e recuperação de materiais. São eles os responsáveis por alimentar, com os materiais oriundos dos lixões ou das ruas, as unidades industriais de vários setores da reciclagem que, por sua vez, não estabelecem com estes indivíduos qualquer tipo de contato ou contrato legal. Um setor industrial que usufrui de um grande número de trabalhadores que disponibilizam a sua força de trabalho (e em situação de trabalho precário) para o setor sem contrapartidas.

A Lei 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que dentre os seus objetivos, estimula à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços, gestão integrada de resíduos sólidos e a capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos e ainda prevê que até o ano de 2014 a coleta seletiva deverá estar implementada em todos os municípios brasileiros.

O contexto socioeconômico que o oeste paulista se encontra no momento, onde há ação de grupos organizados de catadores de material reciclável, mobilização do ministério público para a causa, movimentos dos municípios para obter certificações ambientais (selo verde e azul). Há também um aumento significativo no envolvimento da academia em pesquisas (extensão universitária e iniciação científica), disponibilidade de recursos públicos para a região e a obrigatoriedade de adequação da gestão municipal ambiental e de resíduos sólidos a lei federal.

Este contexto cria um cenário favorável para que a CART pudesse atuar como potencializador da inclusão dos empreendimentos sociais ao novo mercado subsidiado por políticas públicas, tendo como foco a orientação destes catadores e em alguns casos a comunicação e conscientização da população onde o projeto está sendo implantado..

Objetivo

Este artigo tem como objetivo analisar a implementação do projeto geração de renda em reciclagem dentro da gestão de responsabilidade social da Concessionária Auto Raposo Tavares – CART.

O objetivo geral do projeto de geração de renda em reciclagem é contribuir para o fortalecimento do sistema de produção e comercialização, orientados para a comunicação,

conscientização e treinamento dos catadores integrantes dos empreendimentos sociais em doze municípios do Corredor Raposo Tavares.

Seus objetivos específicos são: contribuir para melhoria da qualidade do trabalho dos catadores por meio de mobilização e capacitação; fortalecer o catador, seu grupo de referência e a sociedade enquanto agente de transformação socioambiental; contribuir para o aprimoramento do gerenciamento integrado de material reciclável.

Método

A metodologia aplicada neste artigo será estabelecida para cumprir seus objetivos e se resume em duas etapas empregando duas abordagens complementares, sendo a revisão bibliográfica e o estudo de caso.

Para execução do projeto de geração de renda, utilizamos a metodologia participativa onde todos os envolvidos serão estimulados a exercer seu protagonismo social no processo de geração de renda proposto e sua qualidade no trabalho.

Realização de um diagnóstico com as associações e cooperativa; visitas regulares aos empreendimentos sociais; metodologia participativa de envolvimento de cada indivíduo com a realidade de suas atividades; considerar a perspectiva do indivíduo, o empreendimento coletivo e o desenvolvimento local, considerando as dimensões econômico-financeiros, organizacionais, política, tecnológica e sociocultural. Transversal a estes eixos contempla-se as temáticas meio ambiente, gênero, cidadania, consumo ético e responsável, autogestão dentre outros.

Serão realizadas campanhas educativas envolvendo a participação de escolas e campanhas de comunicação para toda comunidade objetivando a conscientização de cada indivíduo e divulgando o trabalho realizado pelas associações e cooperativa.

Faremos avaliação e utilizaremos indicadores de processo, de resultados e monitoramento, considerando as dimensões descritas acima.

A execução do projeto será dividida em três fases. As fases 2 e 3 devem ocorrer simultaneamente por tratar de ações estruturantes para o processo de geração de renda e efetivação das associações e cooperativa e, contribuindo para o fortalecimento do sistema de produção e comercialização do material reciclável.

O processo metodológico pode ser apresentado nas seguintes fases:

Fase 1 - Pré-produção:

- Contratação de empresa Jr. UNESP para realizar o levantamento do perfil socioeconômico dos catadores e do grupo de referência;
- Compartilhamento de dados da região e sobre o objeto do projeto;
- Elaboração do risco operacional dos municípios, aderência ao projeto;
- Elaboração do plano de implementação do projeto conforme o estágio de amadurecimento de cada cidade;
- Elaboração do plano de comunicação do projeto para toda a sociedade nos municípios;
- Elaboração do plano de treinamento através de oficinas para os catadores dos municípios;

Fase 2 – Execução dos treinamentos básicos

- Realização de oficinas sobre: saúde e segurança no trabalho; caracterização do material reciclável; organização do processo produtivo; educação ambiental; direitos sociais e previdenciários; nacional de resíduos sólidos; DST/AIDS e drogadição; economia doméstica;
- Realização de atividade de auto cuidado (ex. dia da beleza);
- Realização de campanhas de educação ambiental nas organizações locais / municipais;
- Levantamento e compra de equipamentos de proteção individual para os catadores;

Fase 3 - Execução dos treinamentos específicos voltados para a gestão de empreendimentos sociais.

- Realização de oficinas nas áreas de administração, contábil, jurídica, mobilização de recursos, comunicação institucional, gestão de pessoas, cadeia produtiva do material reciclável, logística, rede social e economia solidária nos municípios;

Considerações preliminares

Em sua primeira etapa, o projeto geração de renda em reciclagem, efetivou a aplicação de um questionário junto aos catadores de materiais recicláveis em oito municípios, cujo objetivo é, a partir das informações coletadas, retratarem o perfil dos catadores de materiais recicláveis e compreender a realidade socioeconômica das associações e/ou cooperativas que trabalham com a triagem, segregação e venda de resíduos sólidos de oito municípios, sendo eles: Álvares Machado, Anhumas, Martinópolis, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau e Regente Feijó.

O questionário abordava questões que buscavam retratar o perfil socioeconômico dos associados/cooperados das organizações dos catadores de materiais recicláveis dos oito municípios supramencionados, com questões como: sexo; idade; profissão; endereço e contato; nível de instrução educacional; se o cooperado/associado possuía documentos;

questões relacionadas ao seu estado de saúde; estado civil; se o associado/cooperado foi ou é contribuinte da Previdência Social; pessoas que moram em sua residência; renda obtida com a segregação e triagem de materiais; questões que retratassem o interesse dos cooperados/associados em participar de cursos de capacitação profissional e de quais cursos possuíam interesse; e aspectos relativos à associação/cooperativa.

Todas essas questões foram respondidas por todos os associados e cooperados e pudemos observar características próprias de cada município. A partir dos resultados obtidos, está sendo realizado um planejamento específico e direcionado para cada associação de acordo com o perfil. Desta forma constitui-se o Marco Zero que nos permitirá traçar indicadores de resultado e impacto do projeto.

Iniciaremos com um trabalho de fortalecimento de vínculos e de valorização do indivíduo para que cada associado e cooperado sintam-se parte da dinâmica diária e que possam se reconhecer como parte importante da cadeia produtiva.

Após esse trabalho de fortalecimento, iniciaremos os treinamentos acima citados para atingirmos o objetivo do projeto, aumentando a renda e melhorando a qualidade do trabalho nas associações e cooperativa.

Referências bibliográficas

BAPTISTA, R. S. **Reciclagem, Ação Social e Política de gerenciamento do Lixo em São Paulo**. São Paulo: ENPAD 2004

BOSCHI, G. B. **Cooperativa de trabalho urbano e a terceirização da atividade fim**. 200. Dissertação (mestrado), PUC-SP, Faculdade de Direito, 2000.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília, 2010.

ETHOS, INSTITUTO. **O Compromisso das Empresas com as Metas do Milênio**/João Paulo Cândia Veiga - coordenador — São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

_____. **Práticas empresariais de responsabilidade social: relações entre os princípios do Global Compact e os indicadores Ethos de responsabilidade social** / [Carmen Weingrill, coordenadora]. -- São Paulo: Instituto Ethos, 2003.

_____. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial** / [coordenação da versão 2007 de Ana Lucia de Melo Custodio e Renato Moya] São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

FERNANDES, J. U. J. **Lixo - Limpeza Pública Urbana**. São Paulo: Del Rey, 2001.

FERRELL, O.; FRAEDRICH, J.; FERRELL, L. **Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisão e casos**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. IBGE – www.ibge.gov.br. Presidência. **Resíduos**, 2005. Acesso em 26.07.2011.

_____. www.ibge.gov.br. Presidência. **Economia Formal Urbana**, 2004. Acesso em 26.07.2011.

GUERRA, A. Cunha. **Impactos ambientais urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

LEFEBVRE, H. **A reprodução das relações de produção**. Lisboa: Escorpião, 1973.

MARX, K. **O capital: crítica a economia política**. São Paulo: Cultura Nova, 1988.

MENEGASSO, M.E. **Responsabilidade social das empresas: um desafio para o Serviço Social**. São Paulo, 2001.

MEDEIROS, L.F.R.; MACEDO, K. B. **Coletor de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?** *Psicologia & Sociedade*. 18 (2), p.62- 71. Mai./ago. 2006.

MIFANO, G. **A crise mundial de confiança nas empresas: uma questão de responsabilidade Social**. Disponível em: http://www.ethos.org.br/docs/conceito_praticas/publicações/Debates/a_crisemundial.ppt. Acesso em: 28/08/2003. (Evento da Bolsa de Valores de São Paulo, 14/08/2002).

MONTEIRO, J. H. P.; et al. **Manual de gerenciamento integrado de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

SILVA, J. J. **Cooperativismo e redes sociais: a organização do trabalho na Cooperlix de Presidente Prudente**. – Presidente Prudente: [s.n.], 2007. 190. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista - UNESP – Faculdade de Ciência e Tecnologia: Presidente Prudente – SP, 2007.

SILVA, R. B. **O movimento nacional dos coletores de materiais recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro**. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v.3 n.2. jul/dez 2006. Disponível em: (http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/inter_thesis/article/view/882/685). Acesso em: 27 nov 2011.

JUNQUEIRA, L. A. P.; TREZ, A. P. **Capital Social e a Sobrevivência das Cooperativas de Trabalho**. In: XXVIII EnANPAD 2004, 2004, Curitiba, 2004.